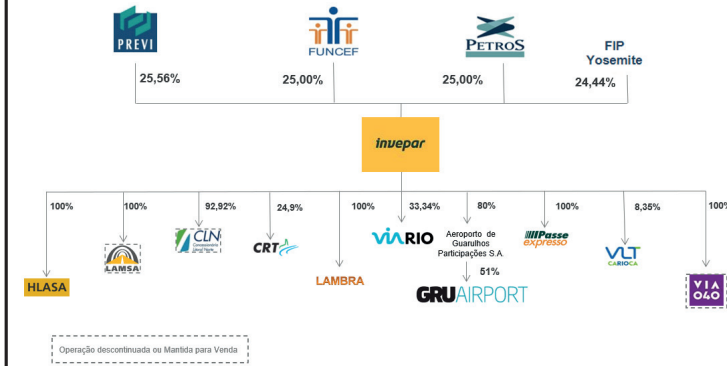




RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

A Companhia
Apresentação da Companhia

A INVEPAR é uma holding de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Segue abaixo o atual organograma da Companhia até a data de arquivamento deste documento.



Ano de 2021
Nos últimos anos, a INVEPAR vem realizando ações para reestruturar sua dívida e otimizar seu portfólio. No ano de 2021 não foi diferente. O ano começou tendo a LAMS a cobrança do seu pedágio suspensa e essa situação permaneceu até o dia 08 de abril de 2021 quando a Companhia aceitou a proposta do Juízo de sua tarifa provisória no valor de R\$ 4,00. No momento, a Companhia junto da sua controlada aguarda análise do laudo pericial relativo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda no mês de abril, tivemos a conclusão das vendas da Concessionária Rota do Atlântico (CRA) e da Concessionária Bahia Norte (CBN).

Com o objetivo de otimizar o portfólio, em junho de 2021, a INVEPAR anunciou através de Fato Relevante, o início do processo de busca de potenciais investidores para venda de sua participação na Concessionária Litoral Norte (CLN). Até a publicação deste relatório o processo não estava concluído.

Em julho de 2021, a Invepar informou ao mercado que celebrou instrumento contratual para aquisição de 20% das ações da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. detidas pela Airports Company South Africa (ACSA). Com a conclusão desta operação a INVEPAR passará a deter 100% de GRUPAR. Esse processo ainda está sujeito a condições precedentes.

Em setembro de 2021, a Invepar assinou com seus credores um aditivo ao Acordo de Reestruturação da Dívida da Companhia e em novembro de 2021, as ações das companhias Hmobi, MetrôRio e MetrôBarra foram dadas como pagamento de parte da Dívida. Em 11 de novembro, logo após a operação de transferência das ações para quitação de parte da dívida, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings, revisou os ratings da Companhia e das 3ª e 5ª Emissões de debêntures da Invepar, passando todos para classificação "D". Vale destacar que em 19 de janeiro de 2022, o rating da Companhia foi elevado para 'CCC+' na Escala Global e 'brBB' na Escala Nacional e os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures foram elevados para 'brB+'.

Por fim, ao final do mês de novembro, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão de GRU Airport em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus para o setor de concessões aeroportuárias. O montante de R\$ 799,7 milhões, será descontado do valor da Outorga Fixa.

Em termos de resultados operacionais, no segmento aeroporto tivemos melhora nos números de passageiros, movimentação de aeronaves e cargas, mas ainda aquém dos números de antes da pandemia. Já o tráfego nas rodovias, influenciados pela melhora da situação pandêmica e avanço da vacinação, mostra estar perto da recuperação com a circulação de veículos próximos ou maiores que o período anterior à pandemia.

Em 2022, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários, e na conclusão do Acordo de Reestruturação da Dívida. No aspecto regulatório, segue acompanhando as questões envolvendo a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMS, bem como a relicitação da Via 040. Por fim, reforçamos nosso compromisso de conduzir nossos negócios com ética e transparência, empregando nossa experiência para enfrentar os desafios e oportunidades diante da empresa.

Destques de 2021

Grupo Invepar Holding

- Conclusão das vendas da Concessionária Rota do Atlântico e Concessionária Bahia Norte;
- Início do processo de venda da Concessionária Litoral Norte;
- Assinatura do SPA de aquisição das ações da ACSA em GRUPAR;
- Redução significativa da dívida com a transferência das ações das controladas Hmobi, MetrôRio e MetrôBarra, conforme previsto no Acordo de Reestruturação da Companhia com seus Credores.

GRU Airport

- Reabertura do terminal 1;
- Volume de cargas total com crescimento de 57% comparado a 2020 e 16% frente a 2019;
- Renovação da Certificação ISO 9001;
- Revisão extraordinária do contrato de concessão no valor de R\$ 799,7 milhões referente aos efeitos da pandemia da COVID-19.

CLN

- Aumento de 15% no pagamento automático de pedágio comparado com período sem pandemia (dez/19 x dez/21);
- Melhorar significativa nos resultados da empresa atingindo margem EBITDA de 29%;
- Redução de 76% de acidentes com pedestre;
- 16 km de recuperação de pavimento da Linha Verde e Estrada do Coco.

LAMS

- Retorno cobrança pedágio;
- Implementação de pagamento por aproximação (NFC).

Via 040

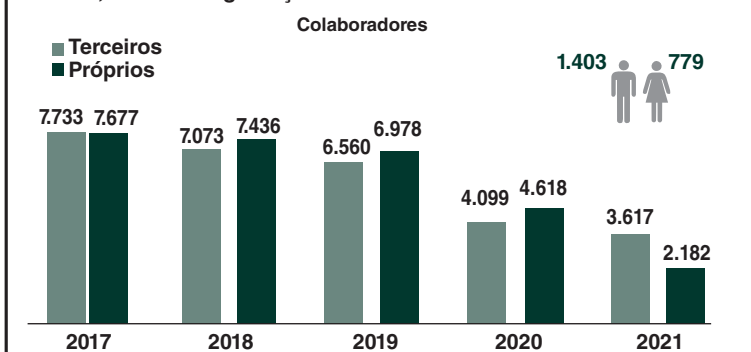
- Instalação de 2 passarelas nos Km 509 e Km 532, em Ribeirão das Neves;
- 16 intervenções de grande porte em terraplenos e drenagens entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e Santos Dumont, sendo um dos trechos de maior movimento da via.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão

2021 foi um ano para realizar os ajustes necessários na holding e focar no equacionamento da dívida da Companhia. Para tal, foram envidados esforços para (i) otimizar o quadro funcional da holding considerando a mudança estratégica de uma holding operacional para uma matriz financeira; e (ii) diminuir consideravelmente a dívida da Invepar com a transferência dos ativos Hmobi, MetrôRio e MetrôBarra para os credores das debêntures da Invepar. Além disso, foram concluídos os processos de venda da Concessionária Rota do Atlântico (CRA) e Concessionária Bahia Norte (CBN), iniciado o processo de venda da Concessionária Litoral Norte (CLN), além de negociação de novo termo aditivo para a Via 040 (assinado em 18 de fevereiro de 2022).

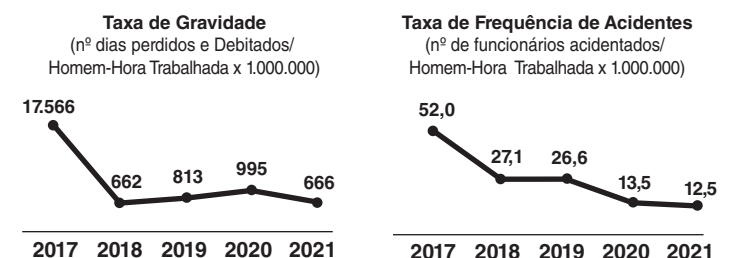
Pessoas, Saúde e Segurança



Em 2021, devido ao momento da Companhia, foi necessário realizar os devidos ajustes na holding, visto a saída de ativos do Grupo, além de descentralização de alguns setores. Com isso, o número geral de colaboradores próprios diminuiu 52,8% comparado a 2020, impactado principalmente pela saída do MetrôRio do Grupo. Analisando isoladamente as rodovias, verificamos um pequeno aumento de colaboradores, tanto próprios quanto terceirizados. Isso decorreu da retomada da cobrança de pedágio na LAMS como também dos serviços de conservação e manutenção na CLN, Via 040 e LAMS aos níveis pré-pandemia.

Sobre os acidentes de trabalho, tivemos queda tanto na taxa de gravidade, quanto na taxa de frequência do Grupo. Destaque para a CLN, que completou em 2021, a marca de 1.266 dias sem acidentes de trabalho. A conquista demonstra que Segurança é valor inegociável da Companhia. Os principais riscos para os colaboradores envolvem agentes físicos, químicos e acidentes. Para mitigar e preferencialmente eliminar quaisquer possibilidades de acidentes, todos os novos colaboradores participam de um treinamento de integração de segurança, com orientações sobre os perigos inerentes às suas atividades e as medidas de controle para preveni-los. Além disso, Diálogos

Diários de Segurança (DDS) e treinamentos são realizados com as equipes da empresa. Os gráficos abaixo, demonstram as taxas de gravidade e taxas de frequência do Grupo.



Ética e Compliance

A Invepar possui um programa voltado à prevenção, detecção e remediação de ilícitos e desvios de ética e de conduta, chamado de Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, que se aplica a todas as empresas do Grupo.

O Programa de Integridade foi construído com base no perfil de riscos de conformidade identificados e avaliados e está adequado a sua natureza de atuação. Os riscos de conformidade são avaliados semestralmente pela Diretoria Jurídico e Compliance da Invepar.

O modelo de atuação do Programa de Integridade contempla 6 pilares que atuam de forma interdependente e correlacionam-se:

- Cultura e Governança;
- Avaliação dos riscos de Compliance;
- Pessoas, competência e estrutura de Compliance;
- Políticas e procedimentos;
- Comunicação e treinamento;
- Monitoramento, teste e reporte.

No âmbito do Programa de Integridade, a Invepar possui também uma Política de Integridade, revisada e aprovada em dezembro de 2018 por sua Diretoria Executiva e aplicável a todas as empresas controladas, que estabelece os mecanismos gerais de conduta a todos os colaboradores e acionistas, destacando os seguintes elementos:

- Relacionamento com agentes públicos;
- Contratação de Pessoa Politicamente Exposta;
- Contratação de terceiros;
- Doações e patrocínios;
- Fusões, aquisições, associações e/ou consórcios.

A Política de Integridade deve ser seguida por todos aqueles que estejam presentes na cadeia de valor do Grupo Invepar, incluindo, sem limitação, a seus empregados, estagiários, jovens aprendizes, diretores estatutários, membros do conselho de administração, membros de comitês, prestadores de serviços, fornecedores, e aqueles que atuem em nome de qualquer empresa do Grupo Invepar.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. São promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões.

A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo Invepar com o apoio de parceiros:

- Favela Mundo** - Realização de oficinas de teatro, música (violão), danças (brasileira, jazz e de rua) para crianças e jovens, e de capacitação profissional (artesanato e maquiagem) para jovens e adultos.
- Escola Criativa** - Estimula a cultura por meio de oficinas de artesanato sustentável, brinquedos criativos, desenho/pintura e teatro, sobre conteúdos relacionados às disciplinas de história, geografia, língua portuguesa e artes.
- Negócio Sustentável** - Promove a qualificação profissional em gestão cultural de organizações de base comunitária para a realização de projetos culturais que beneficiem à comunidade local.

Equilíbrio e Respeito - Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Aliança pela Vida - Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Geração de renda - Projeto de geração de renda implantado para trabalhadores informais do entorno da CLN.

Casa do Mel - Projeto voltado para os empreendedores da meliponicultura.

Afinando o Futuro com Arte - Projeto socioeducativo, localizado no sítio aeroportuário para atendimento de crianças e adolescentes moradores do entorno do aeroporto.

Meio Ambiente

As Companhias do Grupo Invepar monitoram e avaliam constantemente os impactos de seus negócios sobre o meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pelas lideranças do Grupo, através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Abaixo estão listadas algumas das iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pelo Grupo Invepar. Essas iniciativas vêm contribuindo para consolidar a cultura da Companhia de excelência e expertise em todos os temas relacionados à infraestrutura de transportes.

Projeto Plantio Compensatório – Recuperação de áreas degradadas

A CLN segue com o projeto de reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica e pretende plantar até o final de 2022 mais de 26 mil mudas ao longo da Linha Verde. Ao todo, o programa prevê o plantio de 26 espécies nativas, entre elas a mangaba, o cajueiro e o jenipapo. A ação, que já está presente em áreas dos municípios de Entre Rios, Conde e Jandaíra, integra o programa de revitalização desenvolvido pela empresa na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA Litoral Norte). Além dessas ações, o programa conta com obras de contenção de encostas, construção e reconstrução do sistema de drenagem, desenvolvimento de revestimento vegetal, recuperação de taludes e aterros no entorno da BA-099.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela Via 040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de árvores. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP), localizado às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Os três locais irão receber, ao todo, cerca de 539 mil novas árvores, contribuindo para a conservação ambiental e propiciando a precipitação pluvial, o desenvolvimento da flora e a proteção da fauna nas regiões beneficiadas. O projeto foi iniciado em dezembro de 2019, com previsão de término até 2025, e continua garantindo a manutenção, acompanhamento e desenvolvimentos das árvores.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 4,6% sendo maior que o PIB dos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020). Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em mais de 10%, o Banco Central elevou a Selic de 2%, no início de 2021, para 9,25% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 10,06% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 17,78%. Embora alguns setores tenham recuperado seu desempenho (serviços), muitos outros seguem sentindo o impacto da pandemia (comércio, turismo). Para o segmento de rodovias, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR, houve aumento de 8,1% em 2021, no fluxo de veículos. No segmento de aeroportos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 23,6 milhões de passageiros em 2021, um aumento de 19,2% em relação ao ano anterior. A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

1 Desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-interativa/demanda-e-oferta-origem-destino

Resultados Operacionais

A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

AEROPORTO

Operacionais	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Passageiros Total (Mil)	8.331	5.865	42,1%	24.172	20.323	18,9%
Internacional	1.712	678	152,7%	3.710	4.224	-12,2%
Doméstico	6.619	5.187	27,6%	20.463	16.098	27,1%

Movimento total de Aeronaves

Internacional	10.367	6.651	55,9%	31.482	29.727	5,9%
Doméstico	49.041	39.001	25,7%	157.091	126.185	24,5%

Carga Total (Toneladas)

85.766 62.414 37,4% 330.608 211.079 56,6%
O GRU Airport registrou 24,2 milhões de passageiros em 2021, aumento de 18,9% em relação ao ano 2020. O segmento doméstico foi responsável pelo aumento de 27,1%, reflexo da melhora da pandemia à medida que avança a taxa de vacinação da população. Apesar do aumento, este número ainda é inferior ao verificado no período pré-pandemia. Em 2019, houve registro de 43,0 milhões de passageiros, 43,8% superior ao período 2021.

O Movimento Total de Aeronaves (MTA) também melhorou em relação a 2020. Foram 188,6 mil pousos e decolagens no período, 20,9% maior. O mercado doméstico cresceu 24,5% e o internacional, 5,9%.

O volume de cargas foi o que teve melhor desempenho até o momento. Em 2021, registrou 330,6 mil toneladas, um aumento de 119,5 mil toneladas em relação a 2020, registrando um acréscimo de 56,6%. Esse forte crescimento deu-se (i) via elevação do número de pousos de cargueiros internacionais, (ii) pelo aumento da tonelada recebida por pouso e (iii) pelo aumento das exportações devido à desvalorização do real.

RODOVIAS

Resultados das Operações Continuadas

Operacionais (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
CRT	3.563	3.392	5,0%	13.414	11.986	11,9%
Veículos leves	1.781	1.735	2,7%	6.571	5.745	14,4%
Veículos pesados	1.782	1.657	7,6%	6.844	6.241	9,7%
ViaRio	5.413	4.890	10,7%	19.854	17.085	16,2%
Veículos leves	5.004	4.531	10,4%	18.406	15.712	17,1%
Veículos pesados	409	359	13,9%	1.449	1.373	5,5%

VEPs das Operações Continuadas

Veículos leves	6.785	6.267	8,3%	24.977	21.457	16,4%
Veículos pesados	2.191	2.016	8,7%	8.292	7.613	8,9%

O tráfego consolidado das operações continuadas atingiu 33,3 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior, que totalizou 29,1 milhões. O fluxo total de veículos mostrou recuperação ao longo de 2021, devido à melhora do quadro da pandemia, conforme o avanço da vacinação. Os veículos pesados tiveram aumento de 8,9%, totalizando 8,3 milhões de VEPs no ano. Já os veículos leves apresentaram melhora de 16,4% quando comparados com o ano anterior.

A Concessionária Rio Teresópolis registrou 13,4 milhões de VEPs em 2021, variação positiva de 11,9% em relação a 2020, com destaque para os veículos leves, que aumentaram 14,4% no período. O fluxo de veículos pesados também apresentou melhora, registrando aumento de 9,7% em relação ao mesmo período de 2020.

A Via Rio apresentou acréscimo de 16,2% no fluxo de veículos pagantes em 2021, totalizando 19,6 milhões, sendo desse total, 92,7% de veículos leves.

Resultados das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Operacionais (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
LAMS	11.716	-	100,0%	32.741	22.276	47,0%
Veículos leves	10.831	-	100,0%	30.301	20.402	48,5%
Veículos pesados	885	-	100,0%	2.439	1.874	30,2%
Via040	19.592	19.647	-0,3%	78.117	70.197	11,3%
Veículos leves	5.432	5.573	-2,5%	20.074	18.804	6,7%
Veículos pesados	14.160	14.074	0,6%	58.043	51.392	12,9%
CLN	2.287	2.535	-9,7%	8.543	7.883	8,4%
Veículos leves	1.996	2.224	-10,3%	7.420	6.890	7,7%
Veículos pesados	292	311	-6,1%	1.123	993	13,2%

VEPs Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Veículos leves	33.595	22.182	51,5%	119.400	100.355	19,0%
Veículos pesados	18.259	7.797	134,2%	57.794	46.096	25,4%

A LAMS registrou 32,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2021, um aumento expressivo de 47% em relação ao ano anterior. O ano de 2020 foi muito impactado pelas medidas restritivas de circulação, além de no 4T20, a LAMS não ter registrado VEPs devido à decisão do STJ a partir de 16 de setembro de 2020.

A Via 040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2021, representando um aumento de 11,3% em relação a 2020. Somente considerando o 4T21 verifica-se uma leve redução de 0,3% quando comparado ao 4T20, chegando ao montante de 19,6 milhões de VEPs.

A CLN obteve um aumento de 8,4% em 2021 e chegou ao montante de 8,5 milhões de VEPs. Desse aumento, 7,7% são de veículos leves e 13,2% referente aos pesados.

MOBILIDADE URBANA

Operacionais (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VLT Carioca	3.371	2.556	31,9%	11.468	10.821	6,0%
Passageiros Pagantes	3.371	2.556	31,9%	11.468	10.821	6,0%
Passageiros Transportados	3.789	2.882	31,5%	12.828	12.177	5,3%

Em linha com o segmento de aeroportos, a mobilidade urbana continuou sendo afetada em 2021, no caso do VLT Carioca, em função de suas operações serem focadas no Centro do Rio de Janeiro, tendo sido diretamente impactado com a adoção do regime de *home office*, ou modelo híbrido, por várias empresas. O VLT atingiu 11,5 milhões de passageiros pagantes em 2021, um aumento de 6,0% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

Custos e Despesas

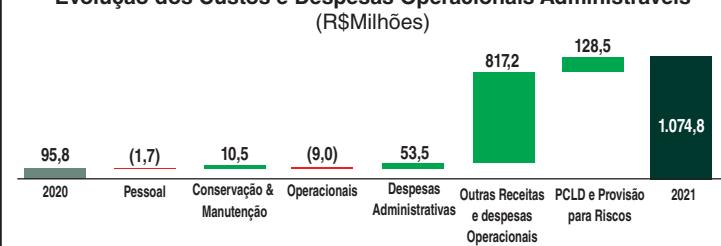
Custos e Despesas (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(42,1)	(14,7)	188%	(155,0)	(153,3)	1%
Conservação & Manutenção	(61,8)	(25,1)	146%	(86,0)	(96,4)	-11%
Operacionais	6,1	(9,7)	162%	(126,3)	(117,2)	8%
Despesas Administrativas	(26,8)	(109,1)	-76%	(84,4)	(137,9)	-39%
Outras receitas ou despesas operacionais	1.629,9	695,0	135%	1.522,0	704,8	116%
PCLD e Provisão para Riscos	15,7	34,0	-54%	24,4	(104,1)	123%
Custos & Despesas Administráveis	1.521,1	570,3	167%	1.094,8	95,8	1.043%
Outorga Variável	(51,9)	(41,2)	26%	(180,1)	(156,0)	15%
Depreciação & Amortização	(202,9)	(352,5)	-42%	(813,9)	(939,1)	-13%
Operacionais Ajustados¹	1.266,2	176,6	617%	100,8	(999,3)	110%
Custo de Construção (IFRS)	(2,6)	(12,3)	-80%	(32,0)	(39,5)	-19%
Impairment	(168,4)	214,5	-178%	(19,1)	(61,4)	69%
Operacionais	1.095,2	378,7	189%	49,7	(1.100,2)	105%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment

Os custos e despesas operacionais registraram melhora de 105% em 2021. As despesas administrativas reduziram devido ao estorno dos serviços compartilhados da Via O40, LAMSA e MetrôRio no montante de R\$ 43,0 milhões. As outras receitas operacionais tiveram o maior impacto para o registro positivo dos custos e despesas em 2021. Nessa linha foram contabilizados os valores de baixa pela alienação dos investimentos em MetrôRio e MetrôBarra, registrando um ganho de capital de R\$ 817,7 milhões.

Outro impacto é decorrente principalmente da reavaliação do risco de inadimplência, recebimentos e renegociações em GRU, tendo como consequência reversão de valores provisionados como PECLD no montante de R\$ 138,4 milhões.

Evolução dos Custos e Despesas Operacionais Administráveis (R\$ Milhões)



EBITDA

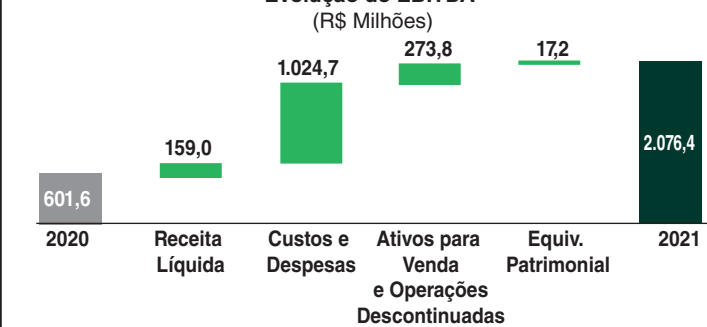
Em 2021, o EBITDA da Companhia registrou aumento de 245,1%, alcançando R\$ 2,1 bilhões, com Margem EBITDA de 127,0%, o que representou aumento de 86,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esse resultado reflete o aumento na receita líquida devido ao aumento de passageiros, movimentação de aeronaves e principalmente em cargas, melhora dos custos e despesas com o resultado positivo na alienação dos investimentos em HMOBI, MetrôRio e MetrôBarra, e pelo melhor desempenho no resultado dos ativos contabilizados em ativo mantido para venda/operação descontinuada.

EBITDA E MARGEM

EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	868,5	(240,5)	461%	(550,6)	(1.339,5)	59%
Participação Minoritária	223,7	310,7	-28%	(584,5)	(75,1)	678%
Resultado Financeiro Líquido	594,4	(719,7)	-174%	(2.534,5)	1.667,1	-52%
IRPJ & CSLL	(88,9)	(499,3)	-82%	(136,9)	(590,0)	-77%
Depreciação e Amortização	202,9	352,5	-42%	813,9	939,1	-13%
EBITDA ICVM 527	1.800,7	643,1	180,0%	2.076,4	601,6	245,1%
Margem EBITDA	373,1%	174,0%	199,1 p.p.	127,0%	40,8%	86,2 p.p.
(-) Receita de Construção (IFRS)	(2,6)	(12,3)	-80%	(32,0)	(39,5)	-19%
(+) Custo de Construção (IFRS)	2,6	12,3	-80%	32,0	39,5	-19%
(+) Resultado Mantido p/Venda e Op. Desc.	(16,4)	460,6	-104%	441,3	715,2	-38%
(+) Impairment	168,4	(214,5)	178%	19,1	61,4	-69%
EBITDA Ajustado¹	1.952,7	889,2	119,6%	2.536,8	1.378,1	84,1%
Margem EBITDA Ajustada ¹	407%	249%	158 p.p.	158%	96%	62 p.p.

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment

Evolução do EBITDA (R\$ Milhões)



Resultado Financeiro Líquido

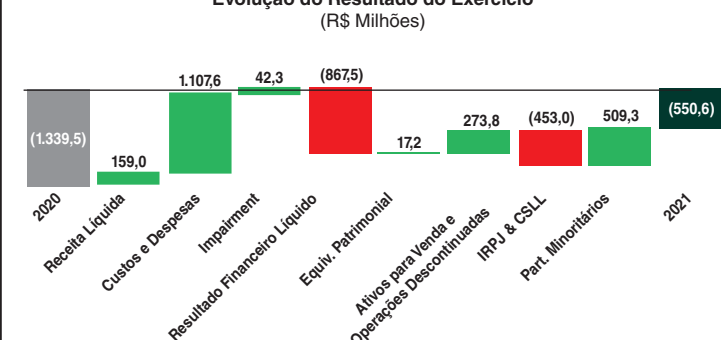
Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	(594,4)	(719,7)	-17,4%	(2.534,5)	(1.667,1)	52,0%
Receita Financeira	15,7	112,5	-86,0%	109,9	406,1	-72,9%
Juros	6,2	50,9	-88%	86,8	116,0	-25%
Variações monetárias e cambiais	(0,2)	0,2	-150%	0,5	17,1	-98%
Operações de Hedge	14,1	41,6	-66%	22,0	254,0	-91%
Outros	(4,4)	19,8	-122%	0,7	18,9	-96%
Despesa Financeira	(610,1)	(832,1)	-26,7%	(2.644,5)	(2.073,2)	27,6%
AVP Outorga GRU	(422,2)	(560,7)	-25%	(1.799,5)	(1.048,1)	72%
Juros	(127,8)	(132,6)	-4%	(603,7)	(514,1)	17%
Variações monetárias e cambiais	(44,4)	(41,4)	7%	(204,2)	(88,5)	131%
Operações de Hedge	-	(49,8)	-100%	-	(352,4)	-100%
Outros	(15,6)	(47,7)	-67%	(37,1)	(70,1)	-47%

O Resultado Financeiro Líquido de 2021 foi negativamente afetado por maiores despesas com a Atualização a Valor Presente (AVP) da Outorga Fixa de GRU Airport, reajustada pelo IPCA, que apresentou alta em relação a 2020, e em função do aumento na variação monetária na dívida também indexada ao IPCA. Ao final de 2021, o AVP de GRU representava cerca de 71% das Despesas Financeiras Líquidas da Companhia.

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro/Prejuízo do exercício	868,5	(240,5)	461%	(550,6)	(1.339,5)	59%

Evolução do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)

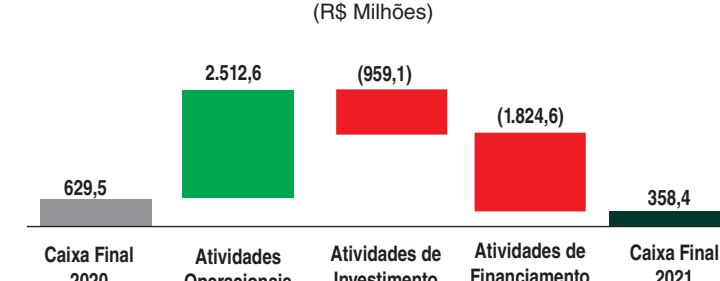


O prejuízo da INVEPAR em 2021 foi R\$ 0,6 bilhão, uma melhora de 59%, quando comparado ao prejuízo de 2020 no valor de R\$ 1,3 bilhão. Essa variação positiva é resultado da melhora na receita líquida, nos custos e despesas menores, estorno de Impairment e melhora do resultado dos ativos para venda e operações descontinuadas. Em contrapartida, a piora do resultado financeiro, impactado principalmente pela atualização da outorga fixa de GRU pelo IPCA (10,06% em 2021 x 4,52% em 2020), abateu boa parte dos resultados positivos.

Fluxo de Caixa

Em 2021, a INVEPAR apresentou redução de caixa de R\$ 271,1 milhões, encerrando o ano com saldo final de caixa de R\$ 358,4 milhões.

Fluxo de Caixa (R\$ Milhões)



Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	3.911,3	5.534,1	-29,3%
Curto Prazo	452,2	2.290,9	-80,3%
Empréstimos e Financiamentos	322,3	266,3	21,1%
Debêntures	129,8	2.024,5	-93,6%
Longo Prazo	3.459,1	3.243,3	6,7%
Empréstimos e Financiamentos	2.047,2	2.435,9	-15,9%
Debêntures	1.411,9	807,4	74,8%
Disponibilidades	1.529,6	1.086,1	40,8%
Caixa e equivalentes de caixa	358,4	655,8	-45,3%
Aplicações Financeiras	1.171,2	430,3	172,3%
Dívida Líquida	2.381,8	4.448,0	-46,5%

A Dívida Líquida de 2021 reduziu 46,5% em relação a verificada em 2020. A reestruturação que a Companhia vem implementando foi o principal motivo da queda, tendo sido abatido da dívida da holding o montante de R\$ 1,8 bilhão quando das transferências das ações da HMOBI, MetrôRio e MetrôBarra para os credores. Além disso, o maior montante de caixa, ajuda a compensar o total da dívida bruta, sendo o saldo de R\$ 1,5 bilhão em 2021, 40,8% maior que o ano anterior. Além disso, as debêntures da INVEPAR tiveram seu perfil alongado, passando a vencer em 31 de agosto de 2024 e alterando os juros remuneratórios com atualização monetária pelo IPCA + 6,5% a.a., até o 24º mês, ou IPCA + 12,6% a.a., do 25º ao 36º mês.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Assembleia Geral de Debenturistas - AGD

A Companhia realizou entre os dias 26 de agosto de 2021 e 08 de novembro de 2021, diversas AGDs junto aos debenturistas da 3ª e 5ª emissões para alterar a data de vencimento da 5ª Emissão de Debêntures. A data de vencimento definida na AGD do dia 03 de novembro de 2021 foi 11 de novembro de 2021. Em 08 de novembro de 2021 houve quitação parcial das debêntures com a transferência das ações do MetrôRio e MetrôBarra para a HMOBI no valor de R\$ 1.833.880.255,00. O montante de R\$ 853.723.496,14 (Oitocentos e Cinquenta e Três Milhões e Setecentos e Vinte e Três Mil e Quatrocentos e Noventa e Seis Reais), equivalente ao saldo total remanescente das debêntures das 3ª e 5ª Emissões da Companhia, terá vencimento em 31 de agosto de 2024 e remuneração correspondente à atualização monetária pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de juros de 6,5% a.a. até o 24º mês ou 12,6% a.a. entre o 25º mês e o 36º mês conforme AGDs realizadas no mesmo dia da quitação parcial.

No dia 19 de novembro, o debenturista detentor da totalidade da 3ª Emissão deliberou, em AGD, pela não declaração do vencimento antecipado em função do rebaixamento do rating atribuído às debêntures de "brC" para "D" na Escala Nacional Brasil pela S&P, ocorrido em 11 de novembro de 2021.

Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2021
Aeroporto	
GRU Airport	24,8
Total Investido¹	24,8

¹ Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa, para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

Em 2021, os investimentos totalizaram R\$ 24,8 milhões. O GRU Airport realizou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento, conforto e segurança aos passageiros. Dentre os projetos, destaca-se: (i) adequações do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio do Aeroporto nas áreas de Terminais com vistas de regularização junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do Auto de Vistoria (AVCB); (ii) segregação de bagagem do terminal 3, para o aumento na segurança dos processos aduaneiros e nas normas vigentes pela Receita Federal; (iii) adequações do BID de segurança, visando a inclusão de novas tecnologias e estruturas em determinados pontos de controle de acesso nas áreas do Aeroporto; (iv) ambientação píer e (v) Implantação do elevador de grande porte do TP3.

Considerações Finais

Perspectivas

O ano de 2021, conforme já abordado em capítulo anterior deste Relatório de Administração, foi um ano desafiador com a conclusão de vendas de alguns ativos, retomada da cobrança de pedágio na LAMSA e início do processo por potenciais investidores interessados na CLN.

Para o ano 2022, a Companhia se mantém focada na redução do nível de endividamento com seus credores conforme o Acordo de Reestruturação, atenta aos desdobramentos da pandemia da COVID-19 e na manutenção das atividades da própria Companhia e de seus ativos.

A INVEPAR acompanha o processo jurídico entre a Linha Amarela S.A. – LAMSA e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no Supremo Tribunal Federal após a entrega do laudo pericial emitido pela COPPEAD.

Com a assinatura do 3º Termo Aditivo entre Via O40 e ANTT, tanto a Companhia quanto a controlada, vão acompanhar os próximos passos do edital de relicitação, para que ocorra a devolução da via, dentro do prazo da nova vigência do contrato de concessão.

Em relação a GRU Airport, a Companhia espera a plena recuperação de passageiros e movimentação de aeronaves a medida em que os números da pandemia melhorem com o avanço da vacinação contra a COVID-19. Além disso, acompanhar o processo referente ao Mandado de Segurança da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, conforme informado em Eventos Subsequentes.

Sobre a Concessionária Litoral Norte – CLN, a Companhia atua para a finalização do processo de busca de potenciais investidores iniciado em junho de 2021.

Eventos Subsequentes

GRU Airport

Em 10 de janeiro de 2022, a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos, impetrou Mandado de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022 deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a ANAC cumpriu a decisão judicial do Mandado de Segurança da suspensão da exigibilidade do recolhimento integral da parcela da outorga fixa vencida em 18 de dezembro de 2021.

INVEPAR

Em 19 de janeiro de 2022, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings elevou os ratings da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional Brasil. Também foram elevados os ratings de 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

Via O40

Em 18 de fevereiro de 2022, a Via O40 e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, dando continuidade ao processo de relicitação. O novo Termo mantém, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG

estabelecidas no 1º termo aditivo, a serem mantidos pela Via O40, e prorroga a vigência do contrato de concessão pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022.

Audidores Independentes

O Grupo INVEPAR utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2021, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos os agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. O reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Diretor de Relações com Investidores

Diretor de Relações com Investidores

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Equipe de Relações com Investidores

Amanda Pimentel

Telefone: +55 21 2211 1300

e-mail: invest@invepar.com.br

ANEXOS

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	678,5	487,8	39%	2.289,4	1.993,5	15%
Deduções da Receita Bruta	(214,2)	(139,5)	54%	(654,6)	(583,8)	12%
Receita Líquida	464,3	348,3	33%	1.634,8	1.409,7	16%
Custos & Despesas Operacionais	1.095,2	378,7	189%	49,7	(1.100,2)	105%
Pessoal	(42,1)	(14,7)	188%	(155,0)	(153,3)	1,0%
Conservação & Manutenção	(61,8)	(25,1)	146%	(86,0)	(96,4)	-11%
Operacionais	6,1	(9,7)	162%	(126,3)	(117,2)	8%
Despesas Administrativas	(26,8)	(109,1)	-76%	(84,4)	(137,9)	-39%
Outras receitas ou despesas operacionais	1.629,9	695,0	135%	1.522,0	704,8	116%
PCLD e Provisão para Riscos	15,7	34,0	-54%	24,4	(104,1)	123%
Outorga Variável	(51,9)	(41,2)	26%	(180,1)	(156,0)	15%
Depreciação & Amortização	(202,9)	(352,5)	-42%	(813,9)	(939,1)	-13%
Custo de Construção (IFRS)	(2,6)	(12,3)	-80%	(32,0)	(39,5)	-19%
Impairment	(168,4)	214,5	-178%	(19,1)	(61,4)	0,7
Equivalência Patrimonial Resultado Operacional	3,4	2,9	21,4%	19,3	2,1	



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Aplicações financeiras	4	121.916	148.617	1.012.811	300.102
Contas a receber	5	-	-	221.058	153.747
Estoques		-	-	11.686	10.638
Tributos a recuperar	6.a	6.005	4.677	45.360	36.364
Adiantamentos		325	560	7.411	8.250
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	154.161	155.970	-	-
Partes relacionadas	7	57.339	92.505	-	56
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	45.386	-	45.386
Outros		1.012	376	1.012	198
Total do ativo circulante		591.569	720.871	1.657.074	1.184.231
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	234.434	1.363.733	1.712.425	5.118.921
Total do ativo circulante mantido para vendas e operações descontinuadas		826.003	2.084.604	3.370.129	6.303.152
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	-	20.033	158.385	128.389
Contas a receber	5	-	-	46.304	22.767
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	99.311	99.311	99.311	99.311
Tributos a recuperar	6.a	-	-	336.977	362.025
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	787.619	610.113
Partes relacionadas	7	244.878	292.531	134.064	123.502
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	17.402	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	1.015	1.039	31.159	30.954
Outros ativos		-	-	4.396	4.253
Total do realizável a longo prazo		362.606	423.989	1.598.215	1.381.314
Investimentos	8	77.761	176.712	77.698	78.317
Imobilizado	10	5.868	8.064	7.752	15.613
Intangível	11	17.138	22.005	12.766.537	13.477.958
Total do ativo não circulante		463.373	630.770	14.450.202	14.953.202
Total do ativo		1.289.376	2.715.374	17.820.331	21.256.354

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	12	2.848	3.614	54.077	50.446
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	322.347	302.202
Debêntures	13	-	1.899.711	129.849	2.004.102
Tributos a recolher	6.c	40.492	1.334	147.192	106.668
Obrigações com empregados e administradores		8.518	12.409	25.532	24.038
Concessão de serviço público	14	-	-	2.204.864	1.207.381
Adiantamentos de clientes		-	-	6.877	22.905
Partes relacionadas	7	261	384	-	637
Receita diferida		-	-	25.413	-
Outros		-	-	119.420	102.980
Total do passivo circulante		52.119	1.917.452	3.035.481	3.821.359
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 25	174.895	116.572	1.406.294	3.542.069
Total do passivo circulante / mantidos vendas e op. descontinuadas		304.700	2.034.024	4.441.775	7.363.428
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.047.212	2.379.177
Debêntures	13	875.718	343.925	1.411.927	925.545
Concessão de serviço público	14	-	-	12.521.796	12.089.152
Adiantamentos de clientes LP		-	-	3.619	-
Provisão para riscos processuais	15	1.116	1.082	38.999	35.747
Dividendos a pagar	7	22.841	22.842	24.072	24.073
Receita diferida		-	-	152.617	128.968
Provisão para passivo descoberto	8	1.275.051	875.069	-	-
Outros		896	1.062	896	2.753
Total do passivo não circulante		2.175.622	1.243.981	16.201.138	15.585.415
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(4.981.179)	(4.430.550)	(4.981.179)	(4.430.550)
		(1.113.260)	(562.631)	(1.113.260)	(562.631)
Participação dos não controladores					
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.113.260)	(562.631)	(2.822.582)	(1.692.489)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.289.376	2.715.374	17.820.331	21.256.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

Operações contínuas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	17	-	-	1.602.775	1.436.216
Receita de construção	17	-	-	32.024	39.543
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(1.255.344)	(1.370.317)
Custo de construção	18	-	-	(32.024)	(39.543)
Lucro bruto		-	-	347.431	65.899
Receitas (Despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(96.550)	(87.339)	(170.017)	(333.793)
Equivalência patrimonial	8	(380.818)	(110.821)	19.308	2.097
Outras receitas (Despesas) operacionais, líquidas	18	806.708	(116.419)	1.507.077	643.445
Resultado operacional		329.339	(314.579)	1.703.799	377.648
Receitas (Despesas) financeiras					
Receitas financeiras	19	76.246	346.173	109.944	406.102
Despesas financeiras	19	(474.066)	(655.889)	(2.644.463)	(2.073.172)
Total		(397.820)	(309.716)	(2.534.519)	(1.667.070)
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas		(68.481)	(624.295)	(830.720)	(1.289.422)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	6.d	(40.809)	-	136.948	589.987
Diferido		(40.809)	-	-	(600)
Prejuízo do exercício de operações contínuas		(109.290)	(624.295)	(693.772)	(699.435)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(584.482)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores		(109.290)	(624.295)	(109.290)	(624.295)
Prejuízo do exercício do ativo mantido para venda e operações descontinuadas		(441.340)	(715.165)	(441.340)	(715.165)
Prejuízo do exercício		(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1,414.600)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(584.482)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores		(550.630)	(1,339.460)	(550.630)	(1,339.460)
Prejuízo básico por lote de mil ações contínuas (Em reais - R\$)	19	-0,255	-1,455		
Prejuízo diluído por lote de mil ações contínuas (Em reais - R\$)	19	-0,255	-1,455		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (Em reais - R\$)	19	-1,028	-1,666		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (Em reais - R\$)	19	-1,028	-1,666		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício		(550.630)	(1,339.460)	(1,135.112)	(1,414.600)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total		(550.630)	(1,339.460)	(1,135.112)	(1,414.600)
Acionistas controladores		(550.630)	(1.339.460)	(550.630)	(1.339.460)
Acionistas não controladores		-	-	(584.482)	(75.140)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas		1.890.329	-	4.180.294	1.975.581
Receita operacional	17	-	-	2.257.356	2.019.976
Receita de construção	17	-	-	32.024	39.543
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	54.483	(83.938)
Outras receitas	17	1.890.329	-	1.836.431	-
Insumos adquiridos de terceiros		(1,235.300)	(91.909)	(1,246.881)	(169.833)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	17	-	-	(512.329)	(644.587)
Custo de construção		-	-	(32.024)	(39.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.215.046)	54.717	(683.437)	667.522
Perda/recuperação de valores ativos	17	(20.254)	(146.626)	(19.091)	(153.225)
Valor adicionado bruto		655.029	(91.909)	2.933.413	1.805.748
Retenções		(6.264)	(10,812)	(813.906)	(939.129)
Depreciação e amortização	7 e 8	(6.264)	(10.812)	(813.906)	(939.129)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		648.765	(102.721)	2,119.507	866.619
Valor adicionado recebido em transferência		(304.129)	235.353	129.252	408.199
Resultado de equivalência patrimonial		(380.818)	(110.821)	19.308	2.097
Receitas financeiras	19	76.689	346.174	109.944	406.102
Total do valor adicionado das operações contínuas a distribuir		344.636	132.631	2,248.759	1,274.818
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(441.340)	(715.165)	(441.340)	(715.165)
Total do valor adicionado a distribuir		(96.704)	(582.534)	1,807.419	559.653
Distribuição do valor adicionado		(96.704)	(582.534)	1,807.419	559.653
Pessoal e encargos		42.263	77.805	135.657	181.390
Remuneração direta		33.668	61.472	97.907	130.060
Benefícios		4.571	10.019	28.474	38.526
FCTS		3.998	6.314	8.716	12.804
Outros		26	-	559	-
Impostos, taxas e contribuições		46.691	15.907	242.259	(317.376)
Federais		46.442	15.796	161.606	(381.273)
Estaduais		178	-	3.428	2.134
Municipais		71	111	77.225	61.763
Remuneração capital de terceiros		364.972	663.214	2,564.616	2,110.239
Juros		361.706	639.349	2.478.935	2.045.608
Aluguéis		456	1.526	5.211	1.939
Outras		2.810	22.339	80.470	62.692
Remuneração de capital próprio		(550.630)	(1,339.460)	(1,135.112)	(1,414.600)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1.414.600)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES ANUAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR"; "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias



INVEPAR

(a) Rating

Em 07 de abril de 2021, a agência S&P rebaixou o rating corporativo da INVEPAR na escala nacional de "brCCC-" para "brCC". Essa ação não tem impacto sobre a 3ª e 5ª emissões de debêntures que mantiveram seus ratings em "brC".

Em 11 de novembro de 2021, a agência S&P revisou os ratings da Companhia, passando de "CC" para "D" na Escala Global e de "brCC-" para "D" na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debentures"), passando de "brC" para "D", respectivamente. Em 19 de novembro de 2021 em Assembleia Geral de Debenturistas foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado da dívida.

LAMSA

(b) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia foi realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal.

A Companhia entende que a encampação é ilegal, pois não há razões jurídicas para cessação do contrato de concessão, uma vez que as discussões envolvendo os aditivos celebrados, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato são objeto de discussões judiciais.

(c) Rebaixamento Rating

Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debentures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior.

Em 29 de junho de 2021 foi atribuído pela Moody's Local Brasil o rating CCC+ br à 2ª emissão de debêntures privadas da LAMSA, equivalente ao rating atribuído anteriormente.

Em 06 de dezembro de 2021, foi assinado em ATA da Assembleia Geral de Debenturistas, a não cobrança antecipada do Contrato de Cessão Fiduciária, pelo descumprimento no dia 30 de março de 2021, os termos da Cláusula 2.2. Em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração do rating, permanecendo em CCC+ br à 2ª emissão de debêntures.

VIA040

(a) Relicitação

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretária vinculada à Casa Civil.

Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para elaboração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

1.2. Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia e suas controladas foram duramente afetados.

No segmento de Rodovias os impactos do COVID-19, estão em processo de recuperação, conforme demonstrado abaixo:

LAMSA

A LAMSA registrou 32,7 milhões de VEP's no de 2021, um aumento expressivo de 47% em relação ao ano anterior, isso demonstra que a Companhia vem se recuperando dos problemas da pandemia da COVID-19. Adicionalmente, o fim do processo STJ (não cobrança de pedágio no 4T20) impactou no aumento de arrecadação. No comparativo trimestral de 4T21, o aumento é de 100%, visto que a Companhia não registrou VEP's, ou seja, não obteve recebimento de pedágio, devido a decisão do STJ a partir de 16 de setembro de 2020.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
LAMSA	11.716	-	100	32.740	22.276	47

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

VIA040

A VIA040 registrou 34,2 milhões de VEP, um aumento de 8,5% no ano 2021, comparado com o ano 2020. Analisando o 4T21 verifica-se uma redução de 1% quando comparado ao 4T20, chegando ao montante de 8,9 milhões de VEP's, decorrentes das fortes chuvas que ocorreram na localização da Rodovia, sinistrando, vários trechos e prejudicando a circulação dos veículos na rodovia, sinistros esses que foram avaliados pela seguradora para os devidos ressarcimentos.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
VIA040	8.932	9.048	-1,0	34.192	31.517	8,5

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

CLN

A CLN registrou 2,3 milhões de VEP ano de 2021 um aumento de 8,4%, quando comparado com o ano de 2020. Analisando o 4T21 um volume menor de -11% comparado com 4T20, decorrente das fortes chuvas que ocorreram no 4T21, prejudicando a circulação dos veículos no acesso ao litoral da rodovia, sinistrando, vários trechos e prejudicando a circulação dos veículos na rodovia, sinistros esses que foram avaliados pela seguradora para os devidos ressarcimentos.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
CLN	2.287	2.535	-11,0	8.543	7.883	8,4

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

No segmento de Aeroportuário, os efeitos da pandemia da COVID-19 são ainda considerados impactantes principalmente na nossa subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – "GRUPAR", controladora da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – "GRU AIRPORT", que mencionaremos em quadro comparativos dos impactos da COVID nesse segmento.

GRU Airport	2021	2020	%	4T21	4T20	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%	8.331	5.865	42,0%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%	59.408	45.652	30,1%
Carga total (toneladas)	330.608	211.079	56,6%	85.766	62.414	37,4%

Todas as ações realizadas, pela Administração da GRU AIRPORT, como mencionado nas demonstrações contábeis divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br.), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações contábeis, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Administração da Companhia e suas controladas continuarão tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação dos riscos, visando (i) preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade envolvida, bem como (ii) aeroportuária e rodoviárias, visando minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

O encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizado pela Administração da Companhia em 20 de março de 2022, que compreendem:

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Empresas Consolidadas						
CLN	-	-	100,00	87,28	92,92	
LAMBRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
GRUPAR	80,00	-	80,00	80,00	-	80,00
FUNDO MOVER	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
HMOBI	-	-	100,00	-	-	100,00

Ativos mantidos para venda

	% de participação da INVEPAR					
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
LAMSA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CLN	100,00	87,28	92,92	-	-	-
METRÓRIO	-	-	100,00	-	-	100,00
METRÔBARRA	-	-	100,00	-	-	100,00

Operações descontinuadas

PEX	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
VIA040	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00

Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

2.3. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente, mensurados como receitas acessórias. A Companhia reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Controlada e Controladoras.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas.

Em cada data de balanço, a Controlada e Controladoras avaliam se os contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto GRU AIRPORT que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

Também podem fazer parte do intangível, equipamentos e peças de reposição ou de aplicação em obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Benefícios a empregados

As Concessionárias: GRUPAR Airport, CLN, LAMSA, VIA040, além da INVEPAR, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2021 foram identificados perdas por valor recuperável de investimento no montante de R\$ 20.254, sendo R\$ 15.373 no VLT e R\$ 4.879 na CRT (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 61.358), essas perdas são da desvalorizações no investimentos: CRA e CBN que foram vendidos em 2021.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.



2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 21 estão as premissas e cálculos.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de GRU AIRPORT.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

• **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) –

Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

2.22. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e a venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.23 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.

(b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.

(c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.

(d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

(e) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.24. Ajuste nos saldos comparativos

LAMSA, CLN, METRÓRIO E METROBARRA
Em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas as controladas LAMSA, MetrôRio e MetrôBarra foram e classificadas no grupo "Ativos mantidos para venda" em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho 2021, a CLN foi classificadas no grupo "Ativos mantidos para venda", decorrente do recebimento de propostas do mercado para compradores para a Companhia.

Foram apresentados saldos comparativos pró-forma a fim de se manter a comparabilidade dos respectivos saldos e demonstrar o impacto caso a classificação tivesse sido feita no exercício anterior, para a CLN que foi classificada em 2021.

Segue abaixo quadro comparativo, considerando a companhia CLN consolidada em 2020 e da Companhia na linha de "Ativos mantidos para venda operações descontinuadas":

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2020	2020	2020	2020	2020	
ATIVO								
			(Pró-forma)	(Pró-forma)				
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	358.366	272.780	607.546	272.780	629.490	300.102
Aplicações financeiras	4	120.190	1.011.084	148.617	300.102	148.617	300.400	153.747
Contas a receber	5	–	221.058	–	150.077	–	150.077	10.638
Estoques		–	11.686	–	10.310	–	10.310	36.364
Tributos a recuperar	6.a	6.005	45.360	4.677	35.649	4.677	35.649	8.250
Adiantamentos		325	7.415	560	7.643	560	7.643	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	155.888	–	155.970	–	155.970	–	–
Partes relacionadas	7	57.339	–	92.505	56	92.505	56	–
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	–	–	45.386	45.386	45.386	45.386	–
Outros		1.012	1.008	608	198	376	198	–
Total do ativo circulante		591.569	1.655.976	721.103	1.156.967	720.871	1.184.231	
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	240.762	1.797.621	1.461.896	5.274.133	1.363.733	5.118.921	
TOTAL		832.331	3.453.597	2.182.999	6.431.100	2.084.604	6.303.152	
NÃO CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	4	–	178.646	20.033	128.389	20.033	128.389	–
Contas a receber	5	–	46.304	–	22.767	–	22.767	–
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	99.311	99.311	99.311	99.311	99.311	99.311	–
Tributos a recuperar	6.a	–	336.977	–	362.025	–	362.025	–
Impostos diferidos ativos	6.b	–	787.619	–	609.840	–	610.113	–
Partes relacionadas	7	244.878	134.064	292.531	123.502	292.531	123.502	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	–	11.075	–	11.075	–	–
Depósitos judiciais	15	1.015	31.159	1.039	29.768	1.039	30.954	–
Outros		–	4.173	–	4.253	–	4.253	–
Investimentos	8	77.761	77.698	78.549	78.314	176.712	78.317	–
Imobilizado	10	5.868	7.752	8.064	10.716	8.064	15.613	–
Intangível	11	17.138	12.766.537	22.005	13.356.366	22.005	13.477.958	–
Total do ativo não circulante		457.046	14.470.241	532.607	14.825.251	630.770	14.953.202	
TOTAL DO ATIVO		1.289.377	17.923.838	2.715.606	21.256.351	2.715.374	21.256.354	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	12	2.848	53.199	3.614	44.760	3.614	50.446	–
Empréstimos e financiamentos	13	–	322.347	–	296.122	–	302.202	–
Debêntures	13	–	129.849	1.899.711	2.004.102	1.899.711	2.004.102	–
Tributos a recolher	6.c	–	147.192	1.334	105.329	1.334	106.668	–
Obrigações com empregados e administradores		40.492	25.532	12.409	10.481	12.409	24.038	–
Concessão de serviço público	14	8.518	2.204.864	–	1.207.381	–	1.207.381	–
Adiantamentos de clientes		–	6.787	–	22.905	–	22.905	–
Partes relacionadas	7	261	–	384	637	384	637	–
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	–	–	–	–	–	–	–
Receita diferida		–	26.478	–	–	–	–	–
Outros		–	119.669	–	101.167	–	102.980	–
Total do passivo circulante		52.119	3.035.917	1.917.452	3.792.100	1.917.452	3.821.359	
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 25	252.581	1.586.905	116.572	3.590.929	116.572	3.542.069	–
TOTAL		304.700	4.622.822	2.034.024	7.383.029	2.034.024	7.363.428	
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	13	–	2.047.212	–	2.364.593	–	2.379.177	–
Debêntures	13	875.718	1.411.927	343.925	925.545	343.925	925.545	–
Concessão de serviço público	14	–	12.521.796	–	12.089.152	–	12.089.152	–
Adiantamentos de clientes		–	3.619	–	–	–	–	–
Provisão para riscos processuais	15	1.116	38.999	1.082	30.951	1.082	35.747	–
Dividendos a pagar	7	22.841	24.073	22.842	24.073	22.842	24.073	–
Receita diferida		–	152.617	–	128.968	–	128.968	–
Provisão para passivo descoberto	8	1.275.051	–	875.069	–	875.069	–	–
Outros		897	894	1.062	2.531	1.062	2.753	–
Total do passivo não circulante		2.175.623	16.201.137	1.243.981	15.565.812	1.243.981	15.585.415	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)								
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919	–
Prejuízos acumulados		(5.058.865)	(5.058.865)	(4.430.550)	(4.430.550)	(4.430.550)	(4.430.550)	–
Total		(1.190.946)	(1.190.946)	(562.631)	(562.631)	(562.631)	(562.631)	
Participação dos não controladores								
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.190.946)	(2.900.122)	(562.631)	(1.692.489)	(562.631)	(1.692.489)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.289.377	17.923.837	2.715.374	21.256.352	2.715.374	21.256.354	



Nota	Controladora Consolidado		Controladora Consolidado		Controladora Consolidado	
	2021	2021	2020	2020	2020	2020
			(Pró-forma)	Pró-forma		
Adiantamentos	-	-	555	18.294	555	18.007
Partes relacionadas	7	82.819	(10.506)	(51.621)	(696)	(696)
Outros		(133)	18.163	619.717	2.250	2.245
(Aumento) redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		1.221.134	3.447.788	-	19.087	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais:						
Fornecedores	12	(766)	2.753	101	3.768	101
Obrigações com empregados e administradores		(3.891)	1.494	(19.764)	(79.105)	(19.764)
Impostos a recolher	6	39.158	(136.982)	(10)	(70.229)	(10)
Receita diferida		-	50.127	-	-	-
Partes relacionadas		(123)	(637)	-	(397.105)	-
Adiantamentos clientes		-	(12.499)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente		-	2.010.836	-	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		259	629	-	(1.089)	-
Provisão para perda de investimento		399.982	-	-	-	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		136.009	(2.534.482)	-	19.805	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		1.461.876	3.098.345	269.137	454.276	269.137
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		(40.809)	136.948	-	91.725	-
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(178.279)	(810.402)	-	(219.465)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		1.242.788	2.424.891	269.137	326.536	269.137
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	-	-	(222.001)	-	(222.001)
Redução de capital	8	-	-	4.028	-	4.028
Mútuo com coligada		-	-	91.047	91.047	91.047
Mútuo com controlada		-	-	63.915	63.915	63.915
Aquisição de imobilizado		-	-	(1.396)	(28.375)	(1.396)
Aquisição de intangível		169	-	(2.137)	(153.395)	(2.137)
Aplicações financeiras	4	-	-	(151.564)	(177.975)	(151.564)
Recebimento de dividendos e JSCP		(48)	(82)	98.367	6.133	98.367
Recebimento de juros sobre debêntures		(392)	(221.607)	-	-	-
Recebimento por alienação de ativo	5.b	3.985	(3.063)	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos das atividades mantidas para venda e descontinuadas		48.460	(761.239)	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		52.174	(985.991)	(119.741)	(198.650)	(119.741)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	772	-	9.735	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	(71.630)	(169.374)	(71.630)
Aplicação financeira vinculada		(1.316.932)	(1.710.796)	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.316.932)	(1.710.024)	(71.630)	(159.639)	(71.630)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.970)	(271.124)	77.766	(31.753)	77.766
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	272.780	629.490	195.014	639.299	195.014
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	358.366	272.780	607.546	272.780
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.970)	(271.124)	77.766	(31.753)	77.766

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	33	3.346	105.010	9.357
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (b)		230.057	249.423	232.636
Fundo Mover (a)		20.720	20.011	20.720
Total de caixa e equivalentes de caixa		250.810	272.780	358.366

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média destas aplicações varia de 99,50% a 100,50% do CDI (91,06% a 121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apenas a INVEPAR faz parte do Fundo Mover. A rentabilidade do fundo é equivalente a 90,24% do CDI (72,3% do CDI em 31 de dezembro de 2020). O Fundo Mover consolidado, em 31 de dezembro de 2021, é composto por R\$ 20.420, onde R\$ 15.029 são títulos públicos federais e R\$ 5.391 são letras financeiras do tesouro.

(b) Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média destas aplicações varia de 99,5% a 100,50% do CDI (91,06% a 121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

	Taxa	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	92% a 100%	CDI	112.820	148.617	256.385	300.102
Conta pagamento / reserva de outorga	92% a 100%	CDI	-	-	747.330	-
Cotas de investimento do fundo de investimento (c)	104,42%	CDI	9.096	20.033	9.096	-
Total circulante			121.916	168.650	1.012.811	300.102
Não circulante						
Conta reserva	92% a 100%	CDI	-	-	-	4.444
Conta reserva	92% a 100%	CDI	-	-	158.385	123.945
Total não circulante			-	-	158.385	128.389
Total de aplicação financeira			121.916	168.650	1.171.196	428.491

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média

	Total	Saldos vencidos								
		Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
2021	267.362		183.647	68.403	18.388	9.951	12.751	8.667	8.729	39.327
2020	176.514	(137.443)	145.691	55.602	17.611	9.530	12.212	8.301	8.360	55.650

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$ 36.449.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 82.501 (R\$ 137.443 em 31 de dezembro de 2020). O montante é substancialmente referente a GRU AIRPORT. A redução no montante em aberto refere-se e renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU Airport.

Títulos a vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo no início do exercício (Adições)/reversões	(137.443)	(197.951)
Baixa	54.829	(83.938)
Transferido para "ativos mantidos para venda"	113	-
Saldo no fim do exercício	(82.501)	(137.443)

(d) Clientes relacionados a cessão de espaço, utilização do serviço de aéreas, não relacionados com as aeronave e serviços no terminal de cargas (TECA).

5.b Venda de investimento
Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2022 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa sobre o período 2021 a 2024 para determinar o valor presente do ativo financeiro foram: custo do capital próprio nominal de em média 9,79%; taxa média de inflação (IPCA) de 3,33%; taxa média do CDI de 4,29% ao ano.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES:

(a) Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	2.171	3.688	7.838	7.234
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	2.546	37	2.982	762
PIS e COFINS (b)	7	-	33.258	27.380
Outros	1.281	952	1.282	988
Total circulante	6.005	4.677	45.360	36.364
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	-	-	64	91
PIS e COFINS (b)	-	-	336.913	361.934
Total não circulante	-	-	336.977	362.025

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada GRU AIRPORT no montante de R\$ 336.913 e decorre, basicamente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total do ativo fiscal diferido	1.348.534	1.224.117
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão	(460.003)	(501.245)
Custo de captação	-	(28)
Margem de construção - RTT	(19.805)	(23.737)
Juros capitalizados (*)	-	-
AVP - Amortização de outorga	(81.107)	(88.994)
Outros diferidos passivos	-	-
Total do passivo fiscal diferido	(560.915)	(614.004)
Impostos diferidos - Ativo	787.619	610.113

As holdings INVEPAR, GRUPAR, LAMBRA, e HLASA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 865.070, R\$ 7.564, R\$ 38.474 e R\$ 84, respectivamente. O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada GRU Airport totaliza o montante de R\$ 1.613.221.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	ATIVO		PASSIVO	
	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	101	Fornecedores	70
Aplicações financeiras	20.324	5.370		
Contas a receber	-	34.650		
Total do ativo circulante	20.331	40.121	Total do passivo circulante	70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	19.390	39.939		
Resultado do período	871	117		
Total do patrimônio líquido	20.261	40.056	Total	20.331
TOTAL DRE	20.331	40.121		
Receitas	(5.955)	447		
Despesas	5.201	(331)		
Lucro do exercício	(754)	117		

5. VALORES A RECEBER:

5.a Contas a receber:

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo circulante		
Receitas acessórias (d)	187.928	184.418
Aeronaves e passageiros (a)	93.872	85.967
Armazenagem e capatazia (a)	21.759	16.250
Valores a receber de pegágios (b)	-	2.836
Outros	-	1.719
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(82.501)	(137.443)
Total circulante	221.058	153.747
Ativo não circulante		
Cessão de espaço (a)	9.855	5.037
Valores a receber GRU (c)	36.449	17.730
Total não circulante	46.304	22.767

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.

(c) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação.

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2022 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa sobre o período 2021 a 2024 para determinar o valor presente do ativo financeiro foram: custo do capital próprio nominal de em média 9,79%; taxa média de inflação (IPCA) de 3,33%; taxa média do CDI de 4,29% ao ano.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES:

(a) Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	2.171	3.688	7.8	



foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em função do processo de reestruturação da Companhia que se iniciou em 30 de setembro de 2020, com outras empresas controladas mantidas para venda, a CLN foi reclassificada como mantida para venda em 30 de junho de 2021, após recebimento de propostas de compra pela Companhia.

(c) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a *Airports Company South Africa Soc Limited* - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU AIRPORT" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

(d) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linha Amarela Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da Linha Amarela S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways S.A.S.* ("VINCI"). Os valores de venda da LAMSAC e PEX PERU, recebidos na data da conclusão da operação, foram respectivamente R\$ 4.084.842 e R\$ 37.115.

No documento de venda da LAMSAC, *Share Purchase Agreement* - SPA, assinado entre as partes, a INVEPAR, por meio de sua controlada LAMBRA, se comprometeu a defender a LAMSAC e/ou a VINCI em qualquer ação judicial, arbitral ou de qualquer outro tipo, assim como indenizar, reembolsar e manter a VINCI isenta de qualquer potencial decisão que tenham sido comprovadamente causadas na gestão cujo controle pertencia a INVEPAR.

Caso qualquer situação destas se materialize, poderá eventualmente gerar indenizações, ressarcimentos e/ou outros prejuízos à INVEPAR e à sua controlada LAMBRA, afetando negativamente seus resultados operacionais, sua condição financeira ou reputacional.

(e) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

(f) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(g) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

Impairment - VLT

Em 03 de julho de 2019, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia

de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CVL nº 010008/2013) firmado entre as partes devido a inadimplementos contratuais por parte do Poder Concedente e do município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião de liquidação de sentença. O VLT Carioca ainda pleiteia, em sede de liminar, que o Poder Concedente seja obrigado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como seja implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da prestação do serviço público até o trânsito em julgado da ação. Aguarda-se a apreciação de liminar, bem como a citação dos réus para contestarem a ação.

(h) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº. 1.1

Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(i) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

Dessa forma, desde 31 de dezembro de 2019, o investimento encontra-se classificado como operação descontinuada, assim como o resultado de suas operações.

Impairment - VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a avaliação ao valor recuperável do ativo foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia investida como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada dos imobilizados e intangíveis da VIA040; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o exercício correspondente ao prazo de concessão, levando em consideração o prazo estimado para relicitação; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) e; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA). As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSL de 11,3% a.a.; taxa de inflação (IPCA) de 3,62% em 2020, alcançando 3,75% no longo prazo. Foi reconhecido o montante de R\$ 271.730 no investimento da Controladora INVEPAR.

Em 31 de dezembro de 2021, após a controlada ter seu patrimônio líquido negativedo, a Controladora reclassificou o saldo de *Impairment* no montante de R\$ 271.730, para provisão de perda de investimento, passou a incorporar a linha de ativos mantidos para venda e operação descontinuada.

(j) HLASA

HLASA Participações S.A. ("HLASA") foi fundada em 23 de setembro de 2020 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, registrada na Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A". Em 10 de dezembro de 2021 foi dado baixa no registro da Companhia na CVM e no decorrer do ano de 2022, a Administração tem plano de encerramento de suas atividades.

Participações acionária baixada no decorrer do ano de 2020 e 2021 (a) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA") em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente", pelo prazo de 30 anos.

Em 02 de abril de 2020, a Companhia informou ao mercado em geral que foram obtidas as aprovações societárias necessárias para a venda da CBN, sendo necessário o registro de *impairment* no montante de R\$ 97.114 (vide Nota 8).

A Companhia através da publicação do fato relevante no dia 30 de abril de 2021 informou que a alienação da participação na CBN foi concluída como cumprimento as condições precedentes e às aprovações formais de órgãos societários.

(b) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - "Express Way", pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia informou em Fato Relevante ao mercado que: (i) optou pela alienação conjunta das ações detidas na Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), nos termos do contrato de compra e venda firmado pela Odebrecht Rodovias S.A. com o *Monte Equity Partners*, sendo necessário o registro de *impairment* no montante de R\$ 12.887.

A Companhia através da publicação do fato relevante no dia 30 de abril de 2021 informou que a alienação da participação na CRA foi concluída no dia 30 de abril de 2021, tendo como o cumprimento das condições precedentes, como é de praxe no mercado, e às aprovações formais de órgãos societários.

(c) METROBARRA, METRO RIO e HMOBI

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo:

1. Transferência da totalidade das ações de emissão da HMOBI: em contraprestação ao resgate, pela Companhia, de 3 debêntures da 5ª emissão detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP"), no valor total de R\$ 44.968,95; a INVEPAR transferiu, em dação em pagamento, a totalidade de 12.500 ações preferenciais e 237.500 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, representativas de 100% de seu capital social, então de sua titularidade, para o IAV FIP.
2. Aumento do capital da HMOBI: subsequentemente ao ato anterior, foi aprovada a conversão de todas as ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e o aumento do capital social da HMOBI em valor total de R\$ 1.833.880.255,00, mediante emissão de 1.833.880.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, FUNCEF, PETROS, PREVI, por meio do aporte de 93.568 debêntures da 5ª emissão e de 21.428 debêntures da 3ª emissão da INVEPAR, respeitada a proporção da totalidade das debêntures detidas por cada subscritor.
3. Transferência das ações da MetrôRio e da MetrôBarra: a Invepar resgatou a totalidade das debêntures detidas pela HMOBI, em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22, e do MetrôBarra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social do MetrôRio e da MetrôBarra.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupadas da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2021				
	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.602.775	-	-	1.602.775
Receita de construção	32.024	-	-	32.024
	1.634.799	-	-	1.634.799
Custo de serviços prestados	(1.255.344)	-	-	(1.255.344)
Custo de construção	(32.024)	-	-	(32.024)
Lucro bruto	347.431	-	-	347.431
Despesas gerais e administrativas	(69.072)	(96.550)	(4.395)	(170.017)
Equivalência patrimonial	758.025	828.429	400.126	1.986.580
Outras receitas (despesas) operacionais	1.036.384	351.061	395.731	1.783.176
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	43.105	76.689	(10.354)	109.440
Receitas financeiras	(2.235.393)	(496.230)	8.287	(2.723.336)
Despesas financeiras	(1.155.904)	(68.480)	393.664	(830.720)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	177.757	(40.809)	-	136.948
Imposto de renda e contribuição social	(177.757)	(40.809)	-	(218.566)
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(978.147)	(109.289)	393.664	(693.772)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	(441.340)	-	(441.340)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda e descontinuado	(978.147)	(550.629)	393.664	(1.135.112)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(584.483)
Atribuível aos acionistas controladores	-	(550.629)	-	(550.629)
Informações complementares:				
Depreciação e amortização	(806.929)	(6.264)	-	(813.193)
Adição ao imobilizado	(34)	48	-	14
Adição ao intangível	(16.994)	392	-	(16.602)

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Balanco patrimonial em 31 dezembro de 2021

	Aeroportos	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo circulante	1.274.089	601.234	-	(239.678)	1.635.645
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	234.434	1.045.067	511.793	1.791.294
Ativo não circulante	14.672.840	463.373	-	(659.646)	14.476.567
Total do ativo	15.946.929	1.299.041	1.045.067	(387.531)	17.903.506
Passivo e patrimônio líquido	Aeroportos	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo circulante	2.995.798	810.043	-	(769.994)	3.035.847
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	1.561.004	25.901	1.586.905
Passivo não circulante	17.337.795	1.727.341	-	(2.863.999)	16.201.137
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.386.664)	(1.238.342)	-	2.704.623	(2.920.383)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.946.929	1.299.041	1.561.004	(903.469)	17.903.506

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2020

	Rodovias	Aeroportos	Holding	FIDC	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	60.461	1.375.755	-	-	-	1.436.216
Receita de construção	-	39.543	-	-	-	39.543
	60.461	1.415.298	-	-	-	1.475.759
Custo de serviços prestados	(34.775)	(1.335.542)	-	-	-	(1.370.317)
Custo de construção	-	(39.543)	-	-	-	(39.543)
Lucro bruto	25.686	40.213	-	-	-	65.899
Despesas gerais e administrativas	(16.267)	(239.465)	(87.606)	-	9.457	(333.793)
Equivalência patrimonial	-	-	(110.821)	-	112.919	2.097
Outras receitas (despesas) operacionais	270	769.140	(116.419)	-	(9.545)	643.445
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	9.689	569.888	(314.846)	-	112.831	377.648
Receitas financeiras	3.546	55.934	346.622	447	(447)	406.102
Despesas financeiras	(76.625)	(1.340.327)	(655.889)	(331)	-	(2.073.172)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(63.390)	(714.504)	(624.112)	116	112.384	(1.289.422)
Imposto de renda e contribuição social	(314)	590.300	-	-	-	589.987
Correntes	(600)	-	-	-	-	(600)
Diferidos	287	590.300	-	-	-	590.587
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(63.705)	(124.204)	(624.112)	116	112.384	(699.435)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(715.165)	-	-	(715.165)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda e descontinuado	(63.705)	(124.204)	(1.339.277)	116	112.384	(1.414.600)
Atribuível aos acionistas não controladores	(738)	(60.775)	-	-	(13.627)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores	(62.966)	(63.429)	(1.339.277)	-	126.011	(1.339.460)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(4.440)	(923.877)	(10.812)	-	-	(939.130)
Adição ao imobilizado	1.152	26	963	-	-	11.695
Adição ao intangível	24.552	214.019	2.137	-	-	327.380

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020

	Rodo- vias	Mobili- dade urbana	Aero- portos	Holding	FIDC	Operação descon- tinuada	Elimina- ções (*)	Conso- lidado
Ativo								
Ativo circulante	32.438	-	673.285	721.368	40.122	-	(282.982)	1.184.231
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	1.371.591	-	3.747.330	-	5.118.921
Ativo não circulante	150.869	-	13.512.311	622.911	-	-	667.112	14.953.202
Total do ativo	183.307	-	14.185.596	2.715.870	40.122	3.747.330	384.129	21.256.354
Passivo e patrimônio líquido	Rodo- vias	Mobili- dade urbana	Aero- portos	Holding	FIDC	Operação descon- tinuada	Elimina- ções (*)	Conso- lidado



Hipóteses de Vencimento Antecipado

• Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
 • Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
 • Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Outorga variável			Outorga fixa			
	2020	Adições	Atualização resultado	Pagamento	Atualização intangível	Transferência	2021
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.207.381	(580.709)	216.983	-	26.715	1.334.494	2.204.864
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	-	26.715	1.334.494	2.204.864
Outorga GRU AIRPORT (b)	12.089.152	(9.504)	1.606.596	-	170.046	(1.334.494)	12.521.796
Não circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	-	170.046	(1.334.494)	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	-	196.761	-	14.726.660

	Outorga variável			Outorga fixa			Passivo mantido para venda	2020
	2019	Adição	Atualização resultado	Pagamento	Reequi- librio	Atualização resultado		
Outorga METRÓRIO (a)	2.255	-	-	-	-	(2.255)	-	2.255
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.477.166	155.999	7.642	(239.776)	(856.602)	63.889	15.927	583.136
Circulante	1.479.421	155.999	7.642	(239.776)	(856.602)	61.634	15.927	583.136
Outorga METRÓRIO (a)	8.715	-	-	-	-	8.504	-	(17.219)
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.603.121	-	-	-	(17.280)	936.438	150.009	(583.136)
Não Circulante	11.611.836	-	-	-	(17.280)	944.942	150.009	(583.136)
Total	13.091.257	155.999	7.642	(239.776)	(873.881)	1.006.577	165.936	-

(a) GRU AIRPORT

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada GRU AIRPORT se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da outorga fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2020, 2021 e 2022;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (Vide nota explicativa nº 26)

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou com o saldo remanescente do reequilíbrio COVID-19, o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandegamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.081.653,56 (dez milhões, oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no Anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	504
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas pelo mesmo controlador da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

Depósitos judiciais, recursos e autos de arrecadação

Em 31 de dezembro de 2021, a INVEPAR no consolidado R\$ 31.159 em depósitos recursos e judiciais (R\$ 30.954 em 31 de dezembro de 2020).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454. As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão assim constituídas:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.	35.764.281	69.117.380	104.881.661	24,44
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17. RECEITA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de pedágio	-	63.958
Receitas de aeronaves e passageiros	639.726	539.321
Receita com armazenagem e capatazia	865.970	638.152
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	751.660	778.545
Impostos, deduções e cancelamentos	(654.581)	(583.760)
Receita de serviços	1.602.775	1.436.216
Receita de construção	32.024	39.543
Receita total	1.634.799	1.475.759

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(47.764)	(32.077)	(154.985)	(153.308)
Material, serviços de terceiros administrativos	(36.450)	(42.325)	(82.600)	(134.405)
Depreciação e amortização	(6.264)	(10.812)	(813.906)	(939.129)
Aluguéis	(456)	(540)	(416)	(1.636)
Impostos e taxas diversas	(326)	(1.224)	(1.419)	(1.890)
Conservação e manutenção	(272)	(14)	(85.965)	(96.419)
Reversão (provisão) para riscos?	(139)	(347)	(30.119)	(20.179)
Material, serviços de terceiros operacionais	-	-	(87.632)	(81.784)
Energia elétrica	-	-	(38.623)	(35.423)
Outorga variável	-	-	(180.600)	(155.999)
Custo de construção	-	-	(32.024)	(39.543)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	54.483	(83.938)
Reversão (adição) de Impairment	(20.254)	(61.358)	(19.091)	(61.358)
Ganhos (perdas) na alienação investimento (a)	818.934	-	818.934	-
Reequilíbrio econômico financeiro GRU AIRPORT (b)	-	-	726.240	790.028
Outras receitas (despesas) operacionais	3.149	(55.061)	(23.125)	(85.225)
710.158	(203.758)	49.692	(1.100.208)	
Custo de serviços prestados	-	-	(1.255.344)	(1.370.317)
Custo de construção	-	-	(32.024)	(39.543)
Despesas gerais e administrativas	(96.550)	(87.339)	(170.017)	(333.793)
Outras receitas (despesas) operacionais	806.708	(116.419)	1.507.077	643.445
710.158	(203.758)	49.692	(1.100.208)	

(a) Em 08 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de reestruturação da Venda dos Metrô Rios e Barra, além da Holding HMOBI, para a Mubadala Capital, projeto com início em 20 de setembro de 2020, gerou um ganho de capital para a INVEPAR de R\$ 817.690, líquido, após a quitação das dívidas. Ademais, durante o exercício de 2021, a Companhia efetuou a venda do investimento de CRA e CBN que geraram um ganho líquido de R\$ 1.244 (CRA - R\$ 2.251 e CBN - R\$ 1.007).

(b) Na rubrica está incluído o reequilíbrio COVID líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Desconto obtido	-	-	726	-
Juros ativos	50.768	70.806	67.292	72.916
Juros sobre aplicações financeiras	17.153	6.482	19.496	43.122
Operações de hedge	7.904	252.463	21.970	254.033
Variação monetária ativa	414	16.253	425	16.619
Variações cambiais ativas	7	169	35	503
Outros	-	-	-	18.909
Total receitas financeiras	76.246	346.173	109.944	406.102
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(689)	(48.314)	(36.021)	(54.972)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.093)	-	(218.462)	(203.473)
Operações de hedge	-	(277.900)	-	(352.413)
Variação monetária passiva	(202.444)	(88.425)	(204.194)	(87.850)
Variações cambiais passivas	-	(38)	(3)	(613)
Juros sobre debêntures	(268.806)	(232.713)	(385.224)	(310.607)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(1.799.482)	(1.048.135)
Outros	(34)	(8.500)	(1.077)	(15.109)
Total despesas financeiras	(474.066)	(655.890)	(2.644.463)	(2.073.172)
Total resultado financeiro	(397.820)	(309.717)	(2.534.519)	(1.667.070)

(*) A Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente à 31 de dezembro de 2021 R\$ 1.376.475 foram registradas como despesa financeira do exercício.

20. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado		Rever-sões/paga-mentos	Atualiza-ção monetária	Passivo mantido para venda	2021
	2020	2021				
Trabalhistas (a)	28.634	12.009	(8.888)	1.245	(2.195)	30.805
Cíveis (b)	6.232	6.913	(4.469)	371	(2.224)	6.823
Tributários (c)	165	10	(124)	3	-	54
Outros	716	1.614	(634)	(2)	(377)	1.317
Total	35.747	20.546	(14.115)	1.617	(4.796)	38.999

Natureza do risco	Consolidado		Rever-sões/paga-mentos	Atualiza-ção monetária	Passivo mantido para venda e operações descontinua-das	2020
	2019					



	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(147.100)	(294.241)	(441.340)	(238.365)	(476.801)	(715.165)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo (lucro) básico e diluído por ação (R\$)	(1,028)	(1,028)	-	(1,666)	(1,666)	-

21. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
CRT	RESP.CIVIL GERAL	10.000.000	12/09/2019	12/03/2021	FAIRFAX
CRT	GARANTIA CONCESSÃO	30.502.200	22/11/2019	21/03/2021	FATOR
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2020	31/03/2021	CHUBB
GRU	AUTOMÓVEIS	TABELA FIPE	24/05/2020	24/05/2021	TOKIO
GRU	RISCOS OPERACIONAIS	1.870.000.000	24/05/2020	24/05/2021	TOKIO
GRU	RD/EQUIPAMENTOS	DIVERSOS	24/05/2020	24/05/2021	ALLIANZ
GRU	RC HANGAR E SERV.AEROP.	USD 500.000.000,00	24/05/2020	24/05/2021	AXA XL
GRU	GARANTIA CONCESSÃO	670.971.825	04/06/2020	04/06/2021	POTENTIAL
VLT	RESP.CIVIL GERAL	100.000.000	04/06/2020	04/06/2021	TOKIO
VLT	GARANTIA CONCESSÃO	24.800.408	22/06/2020	22/06/2021	JUNTO
VIÁRIO	RISCOS OPERACIONAIS	200.000.000	09/07/2020	09/07/2021	CHUBB
VIÁRIO	RISCOS OPERACIONAIS	75.433.808	09/07/2020	09/07/2021	CHUBB
VLT	RISCOS OPERACIONAIS	440.098.302	25/08/2020	25/08/2021	CHUBB
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	28.833.904	18/12/2020	18/12/2021	BMG
CRT	RISCOS OPERACIONAIS	45.000.000	11/01/2021	14/07/2022	FAIRFAX
CRT	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	30/01/2021	30/01/2022	TOKIO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	7.201.546	23/02/2021	23/02/2022	POTENTIAL
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	910.305	01/03/2021	01/03/2022	POTENTIAL
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	343.466.348	20/03/2021	20/03/2022	POTENTIAL
INVEPAR (LAMSA/CLN/ LAMBRA/GRU/ GRUPAR/PEX/ INSTITUTO INVEPAR/ VIA040)	RISCOS OPERACIONAIS	100.000.000	04/05/2021	04/05/2022	BERKLEY
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	10.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	100.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
VIA040	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	10.000.000	01/08/2021	01/08/2022	FAIRFAX
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	20.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
VIA 040	RISCOS OPERACIONAIS	30.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	30.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	60.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
VIA040	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	324.000	29/08/2021	30/04/2023	POTENTIAL
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	31.992.149	18/12/2021	18/12/2022	BMG

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
INSTR. FIN - Instrumentos Financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	358.366	-	629.490	-
Aplicações financeiras	1.171.195	-	428.490	-
Contas a receber	-	267.361	-	176.514
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311
Partes relacionadas	-	134.064	-	123.557
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	45.386	-
Total do ativo	1.529.561	500.736	1.103.366	300.071
Passivos				
Fornecedores	-	54.077	-	50.447
Partes relacionadas	-	-	-	637
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.911.335	-	5.611.025
Dividendos e JSCP	-	24.072	-	24.073
Concessão de serviço público	-	14.726.660	-	13.296.532
Obrigações com empregados e administradores	-	25.532	-	24.038
Total do passivo	-	18.741.676	-	19.006.752

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
INSTR. FIN - Instrumentos Financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	250.810	-	272.780	-
Aplicações financeiras	121.916	-	168.650	-
Contas a receber	-	-	-	-
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311
Partes relacionadas	-	302.217	-	385.036
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	45.386	-
Dividendos e JSCP propostos	-	171.563	-	167.044
Total do ativo	372.727	572.867	486.816	651.391
Passivos				
Fornecedores	-	2.848	-	3.614
Partes relacionadas	-	261	-	384
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	875.718	-	2.243.636
Dividendos e JSCP propostos	-	22.841	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	8.518	-	12.409
Total do passivo	-	910.185	-	2.282.885

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*
Os valores contábeis dos empréstimos e debêntures em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado. As debêntures em 31 de dezembro de 2021 tinha o montante de R\$ 1.541.776 (R\$ 2.929.646 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.911.335	5.611.026	3.911.335	5.611.026
Obrigações com poderes concedentes	14.726.660	13.296.532	14.726.660	13.296.532
Caixa e equivalentes de caixa	(358.366)	(629.490)	(358.366)	(629.490)
Aplicações financeiras	(1.171.195)	(428.491)	(1.171.195)	(428.491)
Dívida líquida	17.108.435	17.849.577	17.108.435	17.849.577
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.822.582)	(1.692.489)	(2.822.582)	(1.692.489)
Patrimônio líquido e dívida líquida	14.285.853	16.157.088	14.285.853	16.157.088

(i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mensurados a valor justo Ativos financeiros				
Equivalente de caixa	378.697	378.697	378.697	378.697
Aplicações financeiras	1.189.730	1.189.730	1.189.730	1.189.730
Total	1.568.427	1.568.427	1.568.427	1.568.427
• <i>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</i> Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.				
23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:				
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	196.761	165.933	196.761	165.933
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	4.855	5.941	4.855	5.941
Capitalização do resultado financeiro	772	1.867	772	1.867

• *Concessão de serviço público*
Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de GRU AIRPORT a exposição de risco é relacionado ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

(d) Operação de derivativos
A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados.

Movimentação - INVEPAR x Lambra

Instrumento	Saldo inicial	Varição positiva com derivativo	Varição negativa com derivativo	Pagamento/Recebimento	Saldo final
SWAP (Dólar x DI) - INVEPAR	(4.312)	24.604	(249.694)	229.402	-
SWAP (Dólar x DI) - Lambra	(1.571)	7.060	(80.004)	74.513	-
Opção - Bradesco (Dólar x DI)	13.989	84.011	-	(98.000)	-
Opção - Citibank (Dólar x DI)	19.106	126.901	(3.038)	(142.969)	-

Liquidados INVEPAR

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	2021		Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
				Valor Base R\$	Moeda		
SWAP	CITIBANK	29/11/2019	12/04/2021	146.000	IPCA	4,25	53.290
						Ativo circulante	53.290

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	2020		Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
				Valor Base R\$	Moeda		
SWAP	CITIBANK	29/11/2019	12/04/2021	146.000	IPCA	4,25	45.386
						Ativo circulante	45.386

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	2020		Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
				Valor Base R\$	Moeda		
SWAP	MUBADALA	11/04/2019	11/04/2021	185.741	IPCA / USD	N/A	229.402
						Total	229.402

(e) Risco de liquidez
O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

	2021	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.210.035	1.425.404	1.275.896	3.911.335	3.911.335
Fornecedores	53.199	-	-	-	53.199
Concessão de serviço público	2.204.864	6.041.169			



- SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

26. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota 8, abaixo segue demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Ativo - PEX				
Circulante	-	-	2.937	2.824
Partes relacionadas	-	-	(131)	(71)
Investimento - Pex	607	634	-	-
Total Ativo PEX	607	634	2.806	2.753
Ativo - VIA040				
Circulante	-	-	61.029	48.924
Não circulante	-	-	926.799	993.316
Investimento - Via040	-	-	126.458	116.570
Total	-	-	1.114.286	1.158.810
Ativo - LAMSA				
Circulante	-	-	73.372	113.915
Não circulante	-	95.413	360.023	367.314
Parte relacionadas	-	-	-	(264)
Investimento - LAMSA	127.949	-	-	-
Total	127.949	95.413	433.395	480.965
Ativo - METRORIO				
Circulante	-	-	-	180.170
Partes relacionadas	-	-	-	70
Não circulante	-	-	-	2.283.518
Partes relacionadas	-	-	-	26.994
Investimento - METRORIO	-	1.137.609	-	-
Total	-	1.137.609	-	2.490.752
Ativo - METROBARRA				
Circulante	-	-	-	14.855
Não circulante	-	-	-	923.188
Investimento - METROBARRA	-	82.479	-	-
Total	-	82.479	-	938.043
Ativo - CLN				
Circulante	-	-	30.112	-
Não circulante	-	-	131.826	-
Investimento - CLN	105.878	-	-	-
Total	105.878	-	161.938	-

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas em conjunto				
Investimento - CRA	-	31.584	-	31.584
Impairment	-	(12.887)	-	(12.887)
Total	-	18.697	-	18.697
Investimento - CBN	-	126.015	-	126.015
Baixa pela venda	-	-	-	-
Impairment	-	(97.114)	-	(97.114)
Total	-	28.901	-	28.901
Total	234.434	1.363.733	1.712.425	5.118.921

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
Passivo - PEX				
Circulante	-	-	2.199	2.190
Parte relacionada	-	-	-	(131)
Total	-	-	2.199	2.059
Passivo - VIA040				
Circulante	-	-	1.027.088	211.496
Partes relacionadas	-	-	(48.437)	(47.298)
Não circulante	-	-	87.098	1.063.886
Investimento - VIA040	(174.895)	(116.572)	-	-
Total	(174.895)	(116.572)	1.065.749	1.228.084
Passivo - LAMSA				
Circulante	-	-	37.922	374.777
Dividendos e JSCP	-	-	146.860	(146.860)
Partes relacionadas	-	-	4.613	(5.313)
Não circulante	-	-	98.309	11.039
Dividendos e JSCP	-	-	4.267	-
Total	-	-	291.971	233.643
Passivo - METRORIO				
Circulante	-	-	-	1.120.642
Dividendos e JSCP	-	-	-	(112.878)
Não circulante	-	-	-	174.054
Partes relacionadas	-	-	-	58.447
Total	-	-	-	1.240.265
Passivo - CLN				
Circulante	-	-	17.285	-
Dividendos e JSCP	-	-	7.890	-
Partes relacionadas	-	-	3.683	-
Não circulante	-	-	15.457	-
Dividendos e JSCP	-	-	2.060	-
Total	-	-	46.375	-
Investimento - METROBARRA	-	-	-	855.564
Parte relacionada	-	-	-	(17.547)
Total	-	-	-	838.017
Total	(174.895)	(116.572)	1.406.294	3.542.069

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

	2021	2020
Resultado do período		
Controlada CLN	(10.473)	-
Controlada PEX	26	151
Controlada VIA040	149.323	378.693
Controlada LAMSA	(18.805)	(37.134)
Controlada METRORIO	238.738	231.563
Controlada METROBARRA	81.475	110.965
Coligada CRA	752	(13.790)
Ativo alienado (Cart)-CRA	(1.002)	33.034
Coligada CBN	1.306	11.683
Total	441.340	715.165

PEX
Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2021, a mesma continua com a empresa descontinuada.

VIA040
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário (Vide Notas explicativas 1.a, 2.23 e 8). Diante do documentação e aditivos mencionados em Nota 1, a Companhia como processo de Relicitação continua com as operações da Concessão descontinuada, aguardando nova relicitação pelo poder Concedente. Em evento subsequente em 17 de fevereiro de 2022, Concessionária BR040, assina aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 1º termo aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, onde o vencimento da concessão passa a ser até 18 de Agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Em cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada desse termo aditivo será de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

METRORIO, METROBARRA
Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita em nota explicativa 8 (c).

LAMSA
Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na nota explicativa 8 (c). A Companhia, aguarda decisão judicial referente a tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

CLN
Em 08 de junho de 2021, a Invepar informou ao mercado em geral que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de toda a sua participação (92,92%) na sua Controlada Concessionária Litoral Norte ("CLN"). Até a data de fechamento dessa demonstração em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está de posse de propostas de venda que estão em análise pela Administração.

Os ativos e passivos mantidos como ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados na Nota 8, letra a.1.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Em 10 de janeiro de 2021, a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos impetrou Mandato de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022, deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a agência S&P elevou os ratings da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
TITULAR	CARGO	TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
Gustavo Soares Figueiredo	Diretor Presidente	Aldo Luiz Mendes (Presidente)	Luis Fernando Gonçalves Camillo	Sidney Passeri	André Tapajós Cunha
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	Olivier Michel Colas	Celio Fernando Bozola	Antonio Bertholini	Patricia Valente Sterli
		Ricardo Reisen de Pinho	Debora Santille	Jorge Andrade Costa (Presidente)	Clóvis Antônio Pereira Pinto
		Marcio Guedes Pereira Junior	Carmelo Fernandez Moldes		
		Roberto Emilio Patriarca	Ivanyra Maura de Medeiros Correia		
		Fabio Bonini Tararam	Carlos de Camargo Penteado Braga		
		Lucas Bittencourt Lacreta	Julio Cezar Troiano Zogbi		

Marcus Vinicius Figur da Rosa - Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Adriana Batira Fernandes - Contadora: CRC 1SP218098/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como o Relatório emitido sem ressalvas pelos Auditores Independentes em 24 de março de 2022, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro

de 2021, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

Jorge Andrade Costa

Presidente

Artemio Bertholini

Membro Titular

Sidney Passeri

Membro Titular

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da INVEPAR, é órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, composto por três membros.

No período de 18 de março de 2021 a 18 de março de 2022, realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos

e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos as demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e relatório emitido pela Mazars Auditores

Independentes nesta data, sem ressalvas, entende, que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

Aldo Luiz Mendes

Coordenador

Roberto Emilio Patriarca

Mariana Santa Barbara Vissirini

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas
Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas Notas explicativas nº 1, 8, 25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 555.630.000 (individual) e de R\$ 1.135.112.000 (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 1.377.777.000 (consolidado), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivos de concessão de serviço público no montante de R\$ 2.527.211.000 (consolidado); e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.113.260 (individual) e R\$ 2.822.582 (consolidado) em 31 de dezembro de 2021. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1, 8 e 25, indicam, em 31 de dezembro de 2021, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois depende de ações e vendas de investimentos em empresas controladas para que haja a equalização da dívida da Companhia de forma tempestiva e inclui premissas e negociações de valores com terceiros que pode gerar variações significativas nos resultados do respectivo plano e de seu cumprimento conforme definido pela Administração.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a leitura do acordo de reestruturação de dívida e outras avenças, datado 28 de setembro de 2020, e do 1º aditamento ao acordo de reestruturação de dívida e outras avenças, datado 28 de setembro de 2021, que possuem como objetivo a redução da dívida da Companhia através da troca de participações em Empresas do Grupo. Obtenção do plano de negócios e de documentos que comprovassem a efetiva prontidão da Administração quanto ao cumprimento do plano de negócios de forma tempestiva pela Companhia e indagação aos Administradores com relação a operacionalização do plano de continuidade operacional.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da continuidade operacional no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia reclassificou as controladas Concessionária BR-040 S.A. - VIA040, Linha Amarela S.A. - LAMSA, Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN e PEX S.A. - PEX para o grupo de ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, mediante (a) aprovações do poder concedente para viabilização do processo de relicitação da Via 040 e assinatura do termo aditivo; e (b) ao comprometimento com o plano de reestruturação societária que envolve a alienação das demais controladas mencionadas.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois no processo de mensuração do valor recuperável dos ativos mantidos disponível para venda e operações descontinuadas são utilizados julgamentos complexos da Administração, incluindo o uso de premissas desenvolvidas internamente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) avaliação dos critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) realização de discussões com a Administração e sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como "ativos mantidos para venda e operações descontinuadas"; e (iii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos como aceitáveis as premissas e metodologia utilizadas, bem como as divulgações efetuadas pela Administração em sua avaliação e análises utilizadas na classificação e mensuração dos ativos mantidos para venda, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 787.619.000 provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição

social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança da controlada sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração da Companhia e controlada indireta.



a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração dos estudos e avaliamos se os dados considerados nos estudos eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis (ii) revisamos e desafiámos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com os fluxos de caixa e seus efeitos relacionados à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade das taxas de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo das taxas.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade dos ativos em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, mencionadas no primeiro parágrafo, apresentadas para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

À administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

